CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SP



Vice-prefeito Mello Araújo e Prefeito Nunes na posse de ambos em 2025

MP pede abertura de inquérito sobre a Virada Esportiva em SP

O Ministério Público de São Paulo pediu à Polícia Civil que abra inquérito para apurar suspeitas de irregularidades em contratos da Virada Esportiva de 2026. Os acordos somam R$ 21,2 milhões. O pedido foi feito após denúncia do vice-prefeito da capital, Coronel Mello Araújo (PL). O vice apontou suspeita de superfaturamento e afirmou que entidades contratadas para realizar as atividades não tinham estrutura para prestar os serviços. Segundo ele, pelo menos seis atrações previstas na programação não ocorreram. O evento ocorreu em 18 e 19 de setembro. A Promotoria também deu dez dias à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer para entregar documentos sobre as parcerias, os serviços prestados e os pagamentos. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) pediu cautela na divulgação das acusações. Nunes afirmou ainda que os eventos da Prefeitura são fiscalizados.

Câmara avança com isenção de ISS na Copa 2027

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em primeira votação, na quarta-feira (11), o projeto que prevê isenção de ISS para serviços ligados exclusivamente à Copa do Mundo Feminina de 2027. A proposta da Prefeitura será debatida em audiência pública na segunda-feira (16), às 14h. Se sancionada, a medida valerá até o fim do torneio. A capital paulista receberá dez partidas da competição, que será disputada no Brasil de 24 de junho a 25 de julho. Entre os jogos previstos na cidade está a semifinal.

LUCAS BASSI / REDE CÂMARA SP



Se sancionada, a medida valerá até o fim do torneio

Câmara de SP paga R$ 274 mil em auxílio-saúde

A Câmara Municipal de São Paulo pagou R$ 274 mil em auxílio-saúde a 42 dos 55 vereadores em setembro de 2026, segundo levantamento com dados do Legislativo paulistano. Os pagamentos reembolsam despesas declaradas em agosto e, em alguns casos, valores acumulados de meses anteriores. O benefício ressarce gastos com planos privados de saúde e odontológicos dos parlamentares e de dependentes habilitados. O valor do reembolso mensal é limitado por faixa etária. O auxílio tem caráter indenizatório.

Milton Ferreira recebe R$ 39 mil em reembolso

O vereador Milton Ferreira (Podemos) recebeu R$ 39 mil em setembro, o maior reembolso entre os vereadores. Ele afirmou que o pagamento incluiu verbas pendentes de meses anteriores. Sandra Tadeu recebeu R$ 19,5 mil e Eliseu Gabriel, R$ 17,2 mil. O auxílio-saúde também é pago a servidores da Câmara Municipal de São Paulo. No mesmo mês, cerca de 2 mil funcionários receberam R$ 7,6 milhões ao todo.

Finanças e Orçamento

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de São Paulo realiza nesta terça-feira (17), das 10h às 13h, audiência pública semipresencial sobre saúde e bem-estar no Orçamento de 2027 (PL 752/26). O debate será no Auditório Prestes Maia, no 1º andar, com transmissão no portal Câmara. A programação foi solicitada por João Ananias (PT).

Consciência Negra

A Câmara Municipal de São Paulo abre a Semana da Consciência Negra na segunda-feira, 16 de novembro, com solenidade das 18h30 às 22h. O evento será na Sala Sérgio Vieira de Mello, no primeiro subsolo, e terá transmissão pelo site oficial da Casa. O vereador João Ananias (PT) é o responsável pela atividade, segundo a agenda do Legislativo.

Parlamento na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo instala nesta sexta-feira (13) de novembro o Parlamento Jovem voltado a estudantes do ensino fundamental. A sessão solene está marcada para o período das 10h às 18h, no Plenário 1º de Maio no primeiro andar da Casa. A cerimônia poderá ser acompanhada pela site da Câmara de Vereadores.

Honraria para Shalom

A Câmara Municipal de São Paulo entregou a Salva de Prata ao programa Shalom Brasil na noite de quarta-feira (11). A vereadora Cris Monteiro (Novo) propôs a homenagem pelos 32 anos da atração. Criado por Marcel Hollender, o programa divulga a história e as tradições judaicas e produz conteúdo voltado à comunidade judaica.

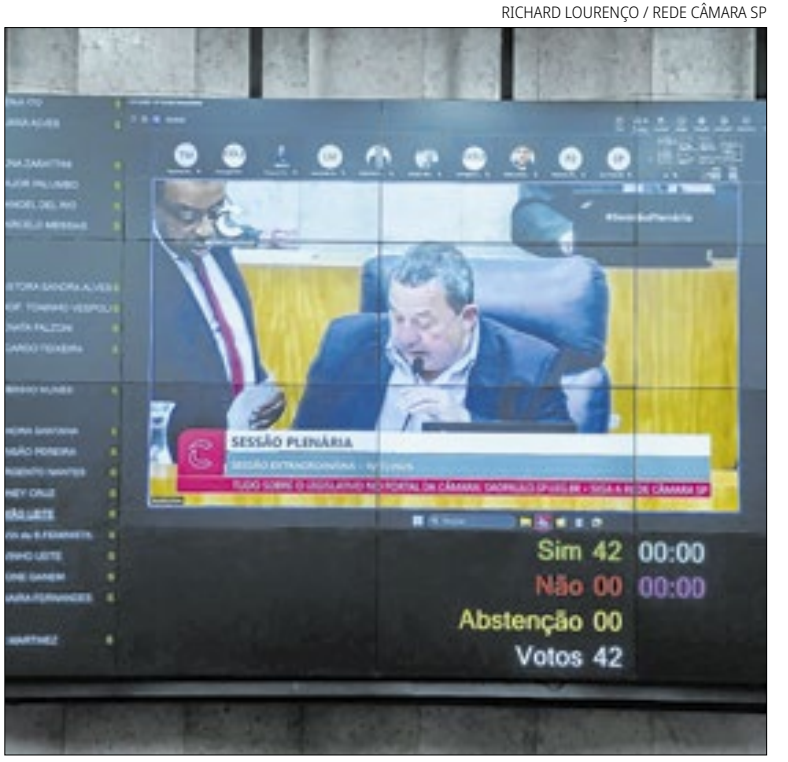
MP investiga a falha

O Ministério Público de SP vai apurar a nova falha no sistema de tração que parou um trem da Linha 8-Diamante na manhã desta quinta-feira (12) em Carapicuíba. Passageiros quebraram janelas para sair do vagão e seguiram a pé pelos trilhos. A investigação vai verificar a responsabilidade da ViaMobilidade e se houve omissão da Artesp.

Brás após a vistoria

A Subprefeitura da Mooca descartou risco de novos desabamentos nos imóveis vizinhos ao prédio que caiu no Brás, no centro de SP. A vistoria de terça-feira (10) não encontrou danos estruturais nas edificações do entorno, e as interdições foram encerradas. O edifício de quatro andares desabou na sexta-feira (6) na rua Maria Joaquina.

RICHARD LOURENÇO / REDE CÂMARA SP



A Câmara já havia aprovado a troca de nome em 2025, mas o TJ-SP suspendeu

Câmara de SP aprova novo nome para GCM em 1º turno

Proposta obteve 42 votos favoráveis e depende ainda da segunda votação

Da **Redação**

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em primeiro turno a proposta que muda o nome da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para Polícia Municipal de São Paulo. O texto recebeu 42 votos favoráveis e nenhum contrário. A alteração da Lei Orgânica do Município ainda depende de uma segunda votação no plenário.

O Projeto de Emenda à Lei Orgânica 7/2026 altera o artigo 88, que trata da corporação. O texto foi protocolado no dia 5. A iniciativa é do presidente da Câmara, Ricardo Teixeira (União Brasil), e das vereadoras Sandra Santana (MDB) e Edir Sales (PSD). Os autores citam a aprovação da PEC da Segurança Pública pelo Senado, em 3 de novembro, como fundamento para retomar a mudança.

Pelo texto, a Polícia Municipal terá natureza civil e será formada a partir da atual GCM. Entre as atribuições previstas estão o policiamento ostensivo e comunitário e a proteção da população, dos bens, serviços e instalações do município. A corporação também atuará na segurança das escolas públicas municipais, na fiscalização ambiental e no cumprimento de normas municipais.

A proposta preserva os cargos e os vínculos dos atuais integrantes da Guarda, assim como o tempo de serviço, as vantagens funcionais e as demais garantias da categoria. Os servidores que já fazem parte da corporação poderão seguir no exercício de suas funções sem precisar prestar novo concurso.

A Câmara já havia aprovado a troca de nome em 2025, mas o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a medida por liminar. Em abril de 2026, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os municípios deveriam seguir a denominação de guarda municipal prevista na Constituição. A PEC aprovada pelo Senado prevê polícias municipais de natureza civil e atribuições de policiamento ostensivo e comunitário.

Durante a discussão em plenário, a vereadora Amanda Paschoal (PSOL) manifestou apoio à proposta e defendeu que a mudança seja acompanhada de medidas para a categoria, como progressão na carreira, aposentadoria especial e um plano de atuação.

Na terça-feira (10), a Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara aprovou um requerimento de Kenji Ito (Podemos) para que a Secretaria Municipal de Segurança Urbana apresente, em até 15 dias, um plano de transição e um cronograma para a implementação da mudança.